

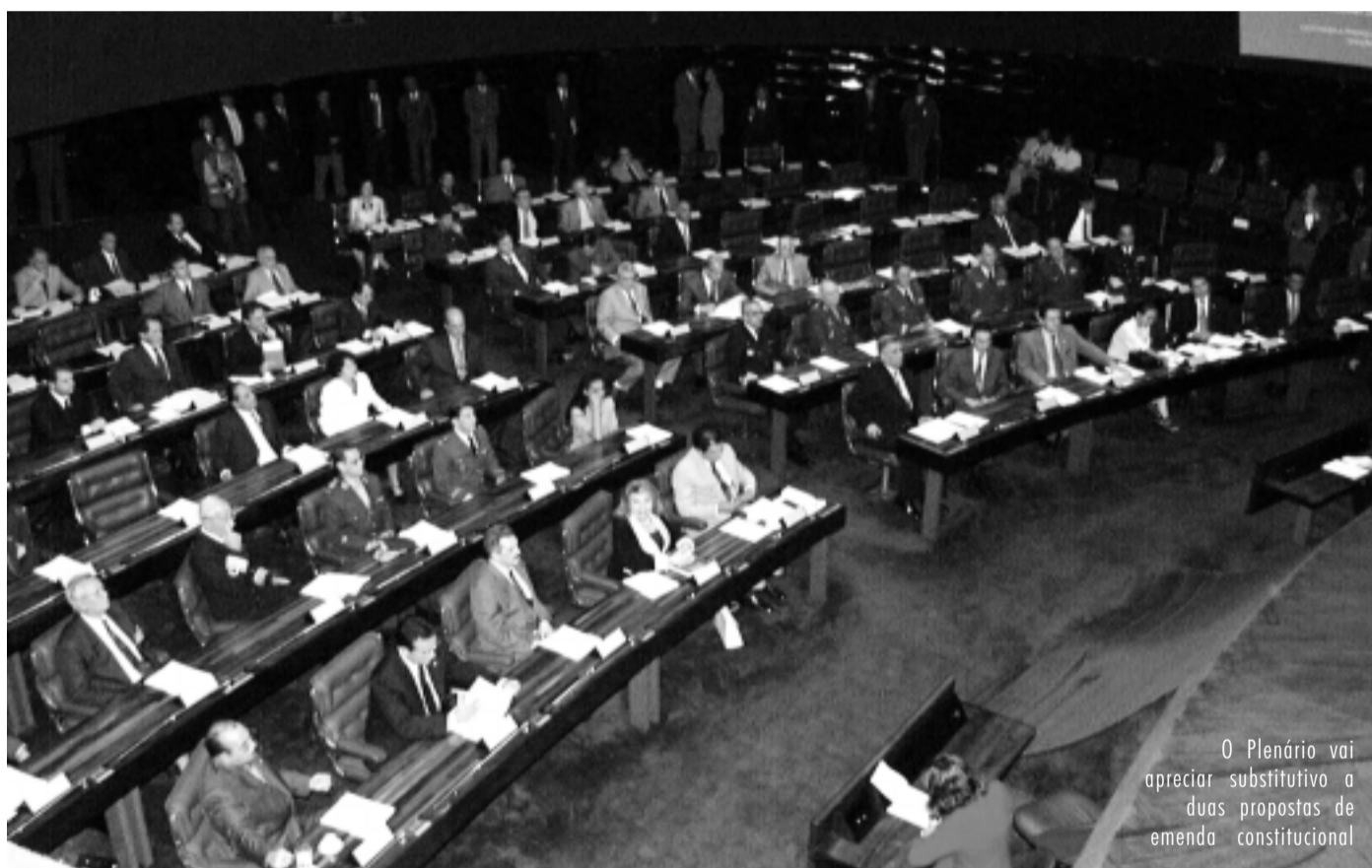
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.040 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2000

Senadores votam nesta semana DRU e fundo contra a pobreza

Na quarta-feira, Plenário vota em primeiro turno a Desvinculação de Receitas da União. Na quinta, está na pauta medida contra a miséria proposta pelo senador Antonio Carlos Magalhães e pela comissão mista que estudou o tema



O Plenário vai apreciar substitutivo a duas propostas de emenda constitucional

A proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU) é uma das matérias que se encontram na pauta do Senado nesta semana. A matéria, que deverá ser votada em primeiro turno na quarta-feira, garante ao governo autonomia para aplicar 20% dos recursos orçamentários. Nesta semana, os senadores devem votar, também, a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, resultante de duas propostas de emenda constitucional.

PÁGINAS 2 E 3

Líderes indicam prioridades para este ano

PÁGINAS 4 E 5

COMISSÕES



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem reunião amanhã à tarde para debater parecer do senador Álvaro Dias

CCJ

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL TERÁ REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

PÁGINA 6



Carlos Patrocínio quer assegurar retorno de recursos à sociedade

CAS

TRABALHO DE INADIMPLENTES PODE QUITAR DÉBITO COM O CRÉDITO EDUCATIVO

PÁGINA 6



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para examinar o substitutivo de Pedro Piva

CRE

SUBSTITUTIVO QUE PROÍBE PORTE DE ARMA DEVE SER ANALISADO AMANHÃ

PÁGINA 7

Plenário discute amanhã emenda do fundo contra pobreza

Substitutivo do senador Lúcio Alcântara uniu duas propostas sobre o assunto

Os senadores discutem amanhã em Plenário, pelo terceiro dia, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 67, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A proposição, apresentada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deverá ser votada em primeiro turno na quinta-feira, quando acontece o quinto e último dia de discussão da matéria.

A CCJ aprovou, no dia nove deste mês, o substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O parecer incorpora sugestões da PEC 96, apresentada pela Comissão Mista Especial que estudou o assunto e que tramita em conjunto com a PEC 67. As principais fontes de financiamento do fundo são uma alíquota adicional de 0,08% sobre movimentações financeiras e o montante de recursos equivalente à economia de juros reais obtida com as receitas de privatização.

Pelo substitutivo, o adicional de 0,08% poderá ser aplicado por dois anos, a partir de 18 de junho deste ano, quando a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) será reduzida de 0,38% para 0,30%. Esta contribuição deverá assegurar ao fundo, segundo o relator, uma receita de R\$ 4 bilhões por ano.

O texto aprovado na CCJ determina que o dinheiro obtido com a receita das privatizações constituirá um outro fundo, cujos rendimentos serão revertidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Com o fim deste, os recursos do fundo originados com a receita das privatizações serão destinados ao abatimento da dívida da União.

A previsão de Lúcio Alcântara é que as receitas obtidas com as privatizações federais nos próximos três anos sejam suficientes para transferir R\$ 4 bilhões anuais ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. No entanto,



Proposição do senador Antonio Carlos Magalhães deve ser votada na quinta

para assegurar que o fundo tenha como piso o montante acima referido, o senador determinou que sejam fixadas dotações orçamentárias até que seja alcançado o montante de recursos necessários.

A utilização de dinheiro das privatizações agradou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Para ele, trata-se de "uma boa demonstração de que o governo federal está usando para a sociedade, sobretudo para os mais pobres, os recursos da privatização, e não apenas para pagamentos de débitos".

Além destes recursos, o fundo contará com um adicional de 5% sobre a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos supérfluos; o Imposto sobre Grandes Fortunas, que ainda precisa ser regulamentado; doações de qualquer natureza; e outras receitas que serão definidas com sua regulamentação em lei.

O substitutivo estabelece ainda que os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão instituir fundos de combate à pobreza. Os fundos dos estados e do DF serão financiados com um adicional de até 2% na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos e serviços supérfluos. Já os municípios poderão criar um adicional de até 0,5% do Imposto sobre Serviços (ISS) sobre o que for considerado supérfluo.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

11h — Sessão Especial destinada a homenagear a memória do ex-senador Petrônio Portella.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (institui a Desvinculação de Receitas da União - DRU); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a *PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (institui a Desvinculação de Receitas da União - DRU); quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a *PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PR nº 47/99, altera a Resolução nº 78/98 do Senado Federal, que trata do endividamento dos estados e municípios; *PLC nº 40/98, autoriza a utilização de consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social principal é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações; *PLC nº 21/99, determina a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; *PLC nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, amplia os benefícios da merenda escolar; *PLS nº 461/99, que dispõe sobre a assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde; *PLS nº 333/99 — Complementar, regulamenta o artigo 163 da Constituição federal, que dispõe sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco da liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras (Anfif) e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras (ISIF); *PLS nº 470/99, que altera a Lei nº 4.380/64, com vistas a financiar a construção ou aquisição de moradia nas áreas rurais; *PLS nº 116/99, que autoriza a compensação de crédito de sujeito passivo contra créditos da Fazenda Pública; *PLS nº 403/99, que dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual; *PLS nº 214/99 — Complementar, que altera a Lei nº 4.320/64, instituindo instrumento que garante o equilíbrio fiscal estrutural dos diversos entes da federação; *PLS nº 401/99, que concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidente sobre a remuneração de empregados rurais; e *PLS nº 282/99 — Complementar, que dispõe sobre a instituição da contagem padrão, isenta de tarifas bancárias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 320/99, que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o

novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco; *PLS nº 228/99, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; *PLS nº 22/99, que denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; *PLS nº 576/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas; *PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 529/99, que institui o Dia do Advogado a ser celebrado em 11 de agosto; *Requerimento s/nº, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a realização de uma audiência pública, com representantes do governo e da sociedade civil, para que seja discutida a matéria que integra o PLS nº 236/96, que dispõe sobre a educação profissional no Brasil; *Requerimento s/nº, da senadora Luzia Toledo, solicitando a realização de audiência pública com o intuito de discutir a autonomia das universidades; e *PDLs que aprovam atos que renovam permissões e concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: *PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h — Instalação da Comissão Mista destinada a examinar a *MP nº 1.972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagem nº 75/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ariel Rocha de Cunto, para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; *PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com os PLS nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; *PLS nº 386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; *PLS nº 614/99, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional; *PDL nº 35/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Peru; *PDL nº 36/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Equador; *PDL nº 37/2000, que aprova o texto do Acordo sobre a Isenção Recíproca de Vistos, celebrado entre o governo do Brasil e Polônia; e *Requerimento s/nº/2000, do senador Pedro Simon solicitando a convocação de audiência pública para discussão sobre o crescimento da extrema direita no mundo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 92/99, altera a Lei nº 9.068/98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do *PLS nº 112/99, altera a Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, estendendo o salário maternidade à trabalhadora autônoma; *PLC nº 31/97, trata do vínculo empregatício nas cooperativas, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); *PLC nº 31/95, dá nova redação à CLT relativo à jornada de trabalho do setor ferroviário; *PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência; emendas oferecidas ao *PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; *PLS nº 569/99 (decisão terminativa), que determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos; *PLS nº 530/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; *PLS nº 388/99 (decisão terminativa), altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária; e *PLS nº 474/99 (decisão terminativa), que institui o Dia Nacional de Vacinação Contra a Hepatite B. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 49/99, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; *PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; substitutivo ao *PLS nº 30/99, que institui normas para licitações e contratos de administração pública; substitutivo ao *PLS nº 32/99, que altera Código Penal; *PLS nº 82/99, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, institui o conselho deliberativo desse fundo; e *PEC nº 37/99, que cria o Conselho Nacional de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Para Sempre Cinderella*, de Andy Tennant. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota DRU em primeiro turno na quarta-feira

A Desvinculação de Receitas da União, já aprovada pela Câmara dos Deputados, assegura ao governo federal liberdade para aplicar 20% dos recursos orçamentários. Parecer do relator no Senado é favorável à proposta

O Senado vota em primeiro turno, na quarta-feira, a proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ela garante ao governo autonomia para aplicar 20% dos recursos orçamentários. Para o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a matéria é uma das mais importantes que constaram na pauta da convocação extraordinária.

Durante a tramitação da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), justificou seu parecer favorável à instituição da DRU, alertando para a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e racional que permita ao governo alocar os recursos onde são mais necessários.

Alcântara disse estar confiante na aprovação de seu parecer no



Para que a proposta seja aprovada, deverá ter os votos de pelo menos três quintos dos senadores

Plenário sem que haja modificações, o que evitará uma segunda votação da matéria na Câmara dos Deputados.

—O governo tem pressa na aprovação dessa PEC. Por isso, meu

parecer segue a forma em que a matéria foi aprovada na Câmara. A DRU é essencial para manter a estabilidade monetária do país, sem que o governo seja obrigado a emitir moeda ou se valer de endividamento adicional — disse.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estima em R\$ 41 bilhões o montante de recursos do Orçamento de 2000 que o governo poderá usar livremente. Ele lembrou

que a proposta precisará de dois turnos de votação, em Plenário, com exigência de maioria de três quintos dos senadores registrada no painel eletrônico para sua aprovação definitiva.

Alcântara ressaltou que os estados e municípios não serão prejudicados pela desvinculação de receitas orçamentárias. “Suas transferências constitucionais estarão preservadas, uma vez que o governo teve o cuidado de determinar que a DRU será aplicada após a retirada dos montantes dos fundos de participação”, esclareceu.

O senador pelo Ceará explicou, ainda, que a contribuição do salário-educação também não será tocada. Ele manteve a redução do prazo de vigência da DRU até 2003, conforme aprovado na Câmara dos Deputados. A proposta original do governo previa a desvinculação de recursos até 2007.

Alcântara: mudança ajudará a trazer equilíbrio fiscal

Ao defender a aprovação de seu parecer sobre a proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU), o senador Lúcio Alcântara argumentou que o Executivo continua precisando de instrumentos para manter uma política fiscal equilibrada, alocando recursos onde são mais necessários. “Temos exagerado grau de vinculações legais de receitas orçamentárias”, disse.

Ele lembrou que os recursos desvinculados serão gastos em aplicações previamente orçadas e aprovadas pelo Congresso. “A liberdade de utilização desses recursos será limitada pela concordância dos parlamentares”, ressaltou Alcântara.

Em seu parecer, ele traçou histórico dessas desvinculações desde a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) em 1994, antes mesmo da adoção do Plano Real. “A previsão era de uma vigência até o final de 1995, quando se esperava que o governo já tivesse instrumentos para garantir o equilíbrio fiscal em bases permanentes”, lembrou.

Alcântara explicou que o fundo, depois substituído pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), acabou sendo prorrogado até 31 de dezembro de 99: “A justificativa foi o fato de ainda se encontrarem em tramitação no Congresso propostas indispensáveis à reestruturação dos gastos públicos. Sem o FEF, o Plano Real exigiria políticas monetária e de crédito muito restritivas, prejudiciais ao crescimento da economia”.

Ele observou que, ao contrário do FSE e do FEF, a proposta da DRU não atinge os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), nem o salário-educação. “A perda desses entes da Federação será bem menor”, enfatizou.

O senador lembrou ainda que a desvinculação não incidirá sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Imposto Territorial Rural (ITR), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas transações com ouro e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado em mercadorias para exportação.



Alcântara destacou o fato de a DRU não atingir os fundos de participação

CAE analisa projeto que cria dispositivo para bloqueio de programação na TV

O projeto de lei que determina a instalação, nos aparelhos de televisão, de dispositivo eletrônico concebido especialmente para bloquear a recepção de programação inadequada para crianças é um dos assuntos incluídos na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que tem reunião marcada para amanhã, a partir das 10h.

A proposta, que já recebeu a aprovação dos deputados federais, tem voto favorável do relator na comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Segundo o projeto de lei, os fabricantes deverão equipar os televisores com um *chip* que permita, por meio de senha ou código, a seleção de programas que não devem ser exibidos. Pela proposta, o governo federal deve proceder à classificação indicativa dos programas e as emissoras de TV devem divulgar previamente suas programações, indicando os horários de exibição de cenas de violência e sexo.

A CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB),



Relator da matéria na CAE, o senador Antero Paes de Barros apresentou parecer pela aprovação do dispositivo de bloqueio da programação

tem outros 11 projetos na pauta da reunião de amanhã.

Entre os assuntos constantes da pauta, está o projeto de lei da Câmara que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e amplia o benefício da merenda escolar.

O relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) aconselha a aprovação da matéria. Ela terá que passar ainda, no entanto, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Educação (CE).

Os integrantes da CAE devem analisar ainda projeto de lei, apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que institui a conta-pagamento padrão, isentando os trabalhadores assalaria-

dos de tarifas bancárias.

Pela proposta do senador Geraldo Cândido, o empregador deve arcar com os custos de manutenção das contas bancárias destinadas exclusivamente ao depósito de salários e movimentadas somente por cartão magnético.

O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou substitutivo favorável à proposta, alegando que as tarifas bancárias implicam prejuízo aos trabalhadores.

Entre os outros itens, sete não obtiveram apoio dos relatores, que opinaram pelo arquivamento das propostas, como a que institui a venda de automóveis por consignação.

Líderes apontam prioridades neste ano

A reforma tributária é prioridade na sessão legislativa que se iniciou no dia 15. O ponto de vista é defendido pela maioria dos líderes partidários, de Heloísa Helena, do Bloco Oposição, a Sérgio Machado, do PSDB. Outra

matéria apontada como importante na pauta do Senado é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os líderes destacam, também, as duas propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Para Heloísa Helena, é necessário discutir nova estrutura tributária

A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), afirmou que a bancada oposicionista, em consonância com o que ela considera ser o interesse dominante na sociedade, tem por prioridade a discussão da reforma tributária. A seu ver, “o governo federal não tem coragem de debater”, optando pelo que ela chamou de “penduricalhos”, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Heloísa Helena lamentou que o governo não tenha “coragem” de debater a reforma, optando pelos “penduricalhos”

Na opinião da senadora, as prioridades do governo estão baseadas “na perspectiva de angariar recursos para pagar o serviço da dívida pública”, em cumprimento a recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar disso, ela assegurou que a oposição participará ativamente em todos os momentos da tramitação das propostas que estão

no Senado.

Outra matéria que a senadora avalia como importante para o país é a relativa ao processo de privatizações proposto pelo governo, principalmente no que se refere às hidrelétricas. Os recursos hídricos serão o principal bem estratégico no próximo milênio e o Brasil, detentor da maior parte da água potável do pla-

neta, não pode tratar a questão como se ela se referisse a um bem qualquer, afirmou.

Quanto à reforma tributária, dado que o assunto ainda não tramita no Senado, Heloísa Helena assegurou que a oposição tomará a iniciativa de promover audiências públicas com representantes das unidades federadas, do setor produtivo e dos consumidores.

No entendimento da senadora, os cinco anos do governo Fernando Henrique, ao invés de terem sido de “tranquilidade”, como afirma o presidente na mensagem enviada ao Congresso, foram de dismantelamento do Estado, dos serviços públicos, do setor produtivo nacional e das condições gerais de vida da população. Frente a esse quadro, o Congresso Nacional deveria se dedicar, segundo disse, a discutir “o pacote de ajuste fiscal do FMI” para o Brasil.

Jader quer regulamentação das medidas provisórias

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), considera fundamental que, nesta sessão legislativa, o Congresso Nacional avance na aprovação de projetos como a reforma tributária e a regulamentação da edição de medidas provisórias. Para Jader, também deverão ser encarados como prioritários por seu partido o desenvolvimento da reforma no Poder Judiciário e a reformulação política-partidária.

Segundo o senador pelo Pará, a regulamentação das MPs é um assunto que está em pauta desde 1988, quando foi promulgada a Constituição. “É um tema que precisa ser tratado com serenidade e responsabilidade. O Senado, ao aprovar o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), ofereceu um bom produto para a discussão da sociedade”, argumentou Jader. A proposta de emenda constitucional das MPs está tramitan-



Jader Barbalho lembra que a limitação das MPs é um tema em pauta desde 1988

do na Câmara dos Deputados.

Sobre a convocação extraordinária encerrada no dia 14, Jader Barbalho acredita que os parlamentares produziram bastante nesse período:

– O Congresso Nacional cumpriu com suas obrigações e ofereceu ao Executivo todas as instrumentos que lhe foram solicitados – afirmou o líder do PMDB no Senado.

Hartung pede mudança no Legislativo

Ao avaliar os trabalhos do Congresso neste início do ano, o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), observou que o sistema atual de convocação extraordinária está equivocado, pois os parlamentares enfrentam uma agenda muito pesada, difícil de ser cumprida, o que acaba provocando a reação contrária da opinião pública e o desgaste do Legislativo.

Hartung entende que a convocação serviu para apresentar uma necessidade: a de mudança do período de funcionamento do Congresso. Neste sentido, ele anunciou que deve apresentar no começo desta sessão legislativa, em conjunto com o senador Roberto Freire (PPS-PE), uma proposta visando desconstitucionalizar essa questão.

O senador considerou, no entanto, que o período foi produtivo, mesmo diante das dificuldades. Ele apontou avanços alcançados, como a aprovação da pro-



Hartung disse que PPS defenderá vinculação de recursos para a área de saúde e regulamentação do sistema financeiro

posta de emenda constitucional que limita os gastos com os Legislativos municipais e as discussões em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal, na Câmara – uma das principais bandeiras do PPS –, e ainda da reforma do Judiciário, também debatida naquela Casa.

Hartung afirmou que o PPS vai lutar neste ano para aprovar a lei que vincula recursos para a área de saúde e pela regulamentação do sistema financeiro nacional, além da complementação da análise das

matérias já citadas.

Quanto à PEC que cria o Fundo de Combate à Pobreza, Paulo Hartung disse que “já é consenso que a proposta do jeito que está não ficou boa, pois cria um instrumento político-social ligado ao atendimento pontual das necessidades”. Ele anunciou que o PPS pode se opor à proposta se esta não for aperfeiçoada.

– Esse fundo remete ao velho assistencialismo que não resolve os nossos problemas estruturais – frisou Paulo Hartung.

Arlindo Porto prevê exame de reformas antes das eleições

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) considerou positivo o trabalho do Senado no período de convocação extraordinária, tanto no que diz respeito à presença dos parlamentares quanto à quantidade de matérias discutidas e aprovadas. “Chegamos a ter 81 senadores presentes em algumas sessões, a totalidade”, destacou o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Senado.

Entre as principais matérias examinadas no período, o senador destacou as emendas constitucionais promulgadas no dia 14 – a que institui a moradia entre os direitos fundamentais e a que limita os gastos das câmaras municipais. Para a sessão legislativa que se iniciou na semana passada, o senador prevê o aprofundamento da discussão e votação das reformas tributária, do Judiciário e, depois das eleições, da reforma política.

Com relação ao seu partido, Arlindo Porto disse que o PTB manteve sua independência em todas as votações, e, mesmo tendo quase sempre acompanhado a linha do Executivo, decidiu-se pelo que seus representantes consideram “o melhor para o país”. Quanto à proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias, o senador espera que a Câmara dos Deputados examine e vote com rapidez a matéria. “É preciso estabelecer regras, o Executivo não pode governar e legislar”, afirmou.



Arlindo Porto observou que foi maciça a presença dos senadores durante a convocação extraordinária

Arruda indica as 11 matérias que mais interessam ao governo

Onze matérias em tramitação no Senado contarão com empenho especial do governo no primeiro semestre da sessão legislativa iniciada no dia 15. A agenda de prioridades foi divulgada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado.

Duas matérias consideradas prioritárias são propostas de emenda constitucional (PECs) cuja votação em 1º turno no Plenário poderá acontecer já nesta semana. Na quarta-feira, transcorre o último dia de discussões da PEC que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU), com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); na quinta-feira, poderão ser apreciadas em 1º turno duas propostas de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza — uma de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e outra apresentada pela Comissão Mista



Entre as prioridades apontadas por Arruda estão duas PECs que poderão ser votadas já nesta semana

Especial da Pobreza. A PEC de autoria da comissão, além de instituir o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, também cria nova contribuição social, a ser arrecadada sobre a movimentação ou transmissão de valores e créditos de natureza financeira.

Uma terceira PEC prioritária para o governo é a que confere ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos tribunais regionais

federais (TRFs) em casos de crime de responsabilidade. O senador Edison Lobão (PFL-MA), indicado relator na CCJ, deverá discutir a proposta em audiência pública antes de emitir seu parecer.

Sete outras matérias de interesse do governo já foram aprovadas na Câmara dos Deputados e tramitam nas comissões do Senado. Quanto a uma delas, o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, Arruda disse estar convencido de que poderá ser aprovada sem emen-

das e, se necessário, receber alterações posteriormente no que conflitar com a emenda que limitou os gastos dos municípios com as câmaras de vereadores, promulgada no dia 14 pelas Mesas da Câmara e do Senado. A incompatibilidade entre as duas foi apontada pelo relator do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, Jefferson Péres (PDT-AM): o projeto limita os gastos com as câmaras de vereadores em 6% das receitas municipais, enquanto a emenda promulgada na semana passada prevê uma escala de 5% a 8%, baseada no número de habitantes de cada município.

Consta também da agenda de prioridades do governo a apreciação conjunta dos três projetos de lei do Senado (apresentados por Arruda, Gerson Camata e Djalma Falcão) referentes à venda, fabrico e trânsito de armas de fogo e munição em todo o território nacional.



Quintanilha reconhece que propostas importantes foram votadas ou tiveram avanço na convocação

Responsabilidade Fiscal é destaque para Quintanilha

O líder do Partido Progressista Brasileiro (PPB), senador Leomar Quintanilha (TO), considera a Lei de Responsabilidade Fiscal uma das mais importantes matérias a serem examinadas na atual sessão legislativa. “Se nos propomos a contribuir para o saneamento financeiro do país, não basta a União ter as contas acertadas; é fundamental que os estados e municípios também tenham. A Lei de Responsabilidade Fiscal garantirá que, voluntária ou involuntariamente, todos participem desse esforço nacional”, ressaltou. Lembrando que foi contrário à convocação extraordinária, pois em sua opinião não havia matérias que a justificassem, Quintanilha reconheceu que pontos importantes foram votados ou tiveram grande avanço em sua tramitação, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e as emendas constitucionais promulgadas no dia 14. Uma das emendas inclui a moradia entre os direitos fundamentais do cidadão na Constituição e a outra limita os gastos das câmaras municipais. Para o futuro, na opinião do parlamentar, o Senado deve dar a máxima atenção à votação do Orçamento da União. Ele afirmou que a discussão, o aprimoramento e a aprovação do Orçamento estão entre as maiores responsabilidades do Congresso.

Machado espera votação do Fundo de Telecomunicações

Na sessão legislativa iniciada no dia 15, o senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, espera a votação do projeto de lei de Responsabilidade Fiscal, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), das propostas de emenda constitucional complementares à reforma da Previdência e das reformas tributária e do Judiciário. Machado não crê que as eleições municipais venham a atrapalhar o ritmo dos trabalhos, pelo menos no primeiro semestre.

O líder do PSDB faz uma avaliação positiva do trabalho realizado durante a convocação extraordinária. “Aprovamos duas matérias importantes, avançamos naquelas que precisam cumprir prazos regimentais de tramitação e contamos com

presença maciça dos senadores nas votações”, afirma.

Sérgio Machado destaca a promulgação da emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores e as discussões da proposta de emenda constitucional que prevê a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da PEC que cria o Fundo de Combate à Pobreza. Faz ressalvas, porém, ao atual modelo de convocação extraordinária, pois acredita que a remuneração dos parlamentares para esses períodos deve ser melhor discutida pela Casa. “Vamos estudar uma maneira de impedir que o Legislativo seja convocado apenas pela necessidade de reedição das medidas provisórias. Acho que esta foi a última convocação nesses moldes.”



Napoleão diz que “há um quase consenso sobre a necessidade de reduzir o número de MPs”

Napoleão acredita em avanços na legislação de apoio às reformas

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), ressaltou o êxito da convocação extraordinária do Congresso, lembrando que todas as metas de votação foram atingidas, com exceção da proposta de emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias, que está em tramitação na Câmara. “Mas há um quase consenso sobre a necessidade de reduzir o número de MPs editadas pelo governo, bem como de disciplinar suas reedições”, afirmou.

Para Napoleão, o saldo da convocação foi altamente favorável para o Congresso. “Tudo indica que, no decorrer do ano 2000, os parlamentares continuarão seu trabalho de votar a reforma tributária e a legislação ordinária necessária para dar respaldo às reformas já aprovadas. Esses são novos instrumentos

que reforçam o sistema federativo”, frisou.

Hugo Napoleão destacou o lançamento do programa PFL-2002, um conselho para traçar metas de emprego e educação, em cerimônia presidida pela governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Explicou que caberá ao conselho examinar propostas partidárias, inclusive as que apresentará durante a campanha eleitoral deste ano.

Ao comentar a proposta do PFL de reajuste do salário mínimo para o equivalente a US\$ 100 a partir de 1º de maio, Napoleão frisou que não se trata de dolarização, nem de criar um indexador para o mínimo. “É uma proposta para este ano, o dólar é apenas um referencial”, disse o senador, acrescentando que o partido também defende um abono fixo para pessoas de baixa renda.



Sérgio Machado acredita que a campanha eleitoral não prejudicará as atividades do semestre

CAS aprecia proposta para crédito educativo

Projeto que será votado na quarta-feira oferece a alternativa do trabalho voluntário na própria área de formação profissional, em tempo parcial ou integral, como forma de pagamento para quem ficar inadimplente

CCJ faz reunião especial amanhã para votar a Lei de Responsabilidade Fiscal

O projeto que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal será votada amanhã à tarde, em reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN). Relator da matéria, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentará parecer favorável à aprovação do projeto, sem a inclusão de emendas. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e fazia parte da pauta da convocação extraordinária.

De acordo com Álvaro, o básico da Lei de Responsabilidade Fiscal é a proibição de que estados e municípios gastem mais do que arrecadam. O projeto também estabelece limites para o endividamento público e para as concessões de natureza fiscal, como subsídios e isenções, criando obstáculos para a guerra fiscal:

— A lei é, portanto, uma espécie de cartilha da boa prática administrativa. É também uma proteção aos bons administradores e um alerta permanente aos maus gestores do dinheiro público — opinou Álvaro Dias.

O senador disse que não acolheu nenhuma das emendas apresentadas pelos demais senadores porque a prioridade é que a lei passe a vigorar já nesse ano eleitoral. “Abusos



Para Álvaro Dias, a prioridade é que a lei passe a vigorar já nesse ano eleitoral

são cometidos constantemente, mas nas campanhas eleitorais eles são mais expressivos”, justificou.

Álvaro Dias também alertou na última terça-feira, durante encontro que manteve com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, que é necessária a implantação de um programa de saneamento financeiro para os municípios, nos mesmos moldes do que beneficiou os governos estaduais. O senador disse que para os prefeitos cumprirem o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal é fundamental que estejam com suas finanças equilibradas.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota, em reunião na quarta-feira, a partir das 9h, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que institui o trabalho voluntário aos mutuários inadimplentes como forma de pagamento do crédito educativo. Relatado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o projeto assegura a alternativa do trabalho voluntário, na área de formação do devedor, em tempo parcial ou integral, em entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, que seja de natureza cívica, cultural, educacional, científica, recreativa ou de assistência social:

— Sendo o Crédito Educativo um programa de amplo alcance social e econômico, é preciso criar saídas honrosas para que os recursos tenham retorno para a sociedade, em vez de o mutuário recair numa espiral de juros e negociações, sem ter condições objetivas de resgatar a sua dívida — diz Patrocínio na justificativa do projeto.



Patrocínio: é preciso criar saídas honrosas para quem não pode pagar

Segundo o senador, o ingresso dos formandos no mercado de trabalho é difícil e, quando ocorre, geralmente o salário é muito baixo. As mensalidades do crédito educativo variam entre R\$ 500 e R\$ 600, podendo em alguns casos ultrapassar a R\$ 1 mil. Por essa razão, acrescentou, a inadimplência com o sistema chega a 24,8%. Cerca de dez mil mutuários assinaram contratos de re-

negociação de seus débitos no primeiro semestre de 1998.

Também estão na pauta da CAS um projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), prevendo desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos, e três projetos do senador Tião Viana (PT-AC). O primeiro projeto do senador pelo Acre dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes, o segundo sobre a vigilância sanitária aplicada a medicamentos, drogas e cosméticos e um terceiro instituindo o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B.

A CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), examinará ainda na quarta-feira projetos de lei da Câmara dos Deputados equiparando o peão de rodeio ao atleta profissional, disciplinando a atividade das cooperativas de trabalho, tratando da jornada de trabalho, e estabelecendo normas e critérios para o acesso e a mobilidade de deficientes físicos nas vias públicas e edifícios.

CE discutirá a educação profissional

Para apreciar uma pauta composta por 30 itens, a Comissão de Educação reúne-se amanhã, às 11h30, devendo votar, entre outros, requerimento apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pedindo a realização de uma audiência pública, com a participação de representantes

do governo e da sociedade civil, para que seja discutida a educação profissional no Brasil. A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) também está propondo à comissão que realize audiência pública para debater a autonomia das universidades.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a

comissão poderá votar ainda parecer favorável a projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco. Na pauta, constam ainda dois projetos que mudam o nome de estradas brasileiras. Um, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174 e outro, apresentado também por Nabor Júnior, determina que



Emilia Fernandes quer reunir sociedade civil para debater a questão

trecho da rodovia BR-364 passa a se chamar Governador Edmundo Pinto.

Na mesma reunião, serão analisados projetos de concessões e permissões para as seguintes emissoras:

Rádio Alto Piranhas (PB), Rádio Panati (PB), Rádio Treze de Junho (MG), Rede Mineira de Rádio e Televisão (MG),

Rádio Araguaia (GO), Rádio Goiatuba (GO), Rádio Difusora São Patrício (GO), RBN-Rede Brasil Norte de Televisão (AM), Rádio Ajuericaba (AM), Rádio e Televisão Bandeirantes (BA), Dinâmica e Santa Fé (SP), Sistema Transrio de Comunicação (RJ), Rádio Difusora de Itapetinga (SP), Rádio Mundial (RJ), Rádio Morada do Sol (SP), Rádio Emissora Vanguarda (SP), Rádio Cidade Campinas (SP), Rádio Araguaia (DF), Rádio Encruzilhadense (RS), Fundação Nossa Senhora Aparecida (SP), Rádio Bela Vista (MS).

Fundo Brasil de Cidadania entra na pauta

Em sua reunião da próxima quarta-feira, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá votar projeto de lei de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) autorizando o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e instituir um conselho deliberativo do mesmo. A entidade, vinculada ao Ministério da



Eduardo Suplicy: fundo administrado pela sociedade civil

ta, inclusive instituições financeiras. O fundo seria alimentado com dotações consignadas no Orçamento Geral da União provenientes, entre outras fontes, da privatização de empresas, de aluguéis de imóveis públicos e doações.

O Cidadania seria administrado por um conselho deliberativo composto de nove membros, com mandatos de dois anos. Teriam assento no conselho representantes da sociedade civil, das organizações de assistência social e pessoas de eminente saber nas áreas de assistência social, educação e economia:

— A focalização dos recursos do

fundo para o atendimento dos cidadãos mais carentes é a primeira etapa de um projeto que venha a ser gradualmente ampliado, até sua universalização — diz Suplicy na justificativa do seu projeto.

Na mesma reunião da CCJ, será examinada proposta de emenda constitucional de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e outros senadores criando o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário. Para o relator da matéria, senador Jefferson Péres, a PEC é inconstitucional.

Entre as outras matérias, também será votado projeto de lei da Câmara tratando da previdência complementar dos servidores públicos federais estaduais e municipais e da competitividade do setor de tecnologia da informação.

Projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta uma nova versão para a história de Cinderela

O projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta quarta-feira, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, o filme *Para Sempre Cinderella*, de Andy Tennant.

O filme conta a história de uma cinderela atípica, chamada Danielle, uma mulher inteligente, independente e bela, que não está à espera de um príncipe para salvá-la. Uma das figuras mais renomadas da história, Leonardo da Vin-

ci, vivido pelo artista Patrick Godfrey, faz as vezes da fada madrinha no filme.

O projeto Cultura ao Meio-Dia é desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal com o apoio da 20th Century Fox – Warner Bros. As sessões são sempre realizadas às quartas-feiras, ao meio-dia, no Petrônio Portella. A entrada é grátis e aberta ao público.



A comissão avaliará ainda proposta para realização de debate sobre o crescimento da extrema direita no mundo

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h55 – *Senado em Pauta*
 2h – *Unip: Câncer de próstata*
 2h30 – *Jornal do Senado*
 2h55 – *Senado em Pauta*
 3h – *Cores do Brasil: Turismo em São Luís do Maranhão*
 3h30 – *Entrevista: Senador Roberto Saturnino fala sobre a CLT para servidores públicos*
 3h55 – *Senado em Pauta*
 4h – *Jornal do Senado*
 4h30 – *Unip: Câncer de próstata*
 4h55 – *Senado em Pauta*
 5h – *TV Escola: Direitos Humanos: Violência sexual*
 5h30 – *Cores do Brasil: Turismo em Sergipe*
 5h55 – *Senado em Pauta*
 6h – *Unip: Câncer de próstata*
 6h30 – *Debate: Senadores Ney Suassuna e Paulo Souto falam da guerra fiscal*
 6h55 – *Senado em Pauta*
 7h30 – *Entrevista: Senador Roberto Saturnino fala sobre a CLT para servidores públicos*
 7h55 – *Senado em Pauta*
 8h – *Cores do Brasil: Turismo em Marajó*
 8h30 – *TV Escola: Direitos Humanos: Violência sexual*
 8h55 – *Senado em Pauta*
 9h – *Cores do Brasil: Turismo em Alagoas*
 9h30 – *Entrevista: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura*
 10h – *Comissão Mista que analisa os bingos (reapresentação)*
 13h – *Cores do Brasil: Turismo em Ilhéus*

13h30 – *Debate: Senadores Ney Suassuna e Paulo Souto falam da guerra fiscal*

14h25 – *Senado em Pauta*

14h30 – *Sessão Plenária (vivo)*

18h30 – *Entrevista: Senador Arlindo Porto fala sobre os incentivos à agricultura*

19h30 – *Debate: Senadores Ney Suassuna e Paulo Souto falam da guerra fiscal*

20h30 – *Entrevista: Senador Roberto Saturnino fala sobre a CLT para servidores públicos*

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *Sessão Plenária (reapresentação)*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*

Em seguida – *Música e informação*

14h30 – *Sessão Plenária do Senado (ao vivo)*

Em seguida – *Música e informação*

19h – *A Voz do Brasil*

Em seguida – *Música e informação*

20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*

Em seguida – *Música e informação*

21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*

Em seguida – *Música e informação*

21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*

Em seguida – *Música e informação*

0h – *Sessão Plenária do Senado (reprise)*

Em seguida – *Música e informação*

CRE examina projetos que restringem o uso de armas

Os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também irão sabatar coronel da reserva indicado para dirigir Abin

Intensamente debatidos e negociados durante a convocação extraordinária, os projetos que limitam o uso de armas de fogo devem voltar a ser analisados amanhã, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP), que proíbe o porte mas permite a posse de armamentos, é um dos itens que constam da pauta da comissão, que é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

O parecer de Piva difere do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que quer a proibição do porte, da posse e do comércio das armas de fogo. Calheiros encampou sugestões oferecidas pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), autores de dois dos projetos em exame e suplentes da CRE.

Os membros da comissão também devem apreciar a mensagem presidencial que indica Ariel Rocha de Cunto para ser o primeiro diretor-geral da recém-criada Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em reunião secreta, os senadores vão sabatar o indicado, instruídos por parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Segundo o Planalto, Cunto, coronel da reserva do Exército, contribuiu decisivamente para a criação da Abin. Atualmente, ele é subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República. A Abin

pretende ser o novo serviço secreto brasileiro, com 1.400 funcionários e orçamento de R\$ 14 milhões.

Da pauta da CRE constam ainda três projetos de decreto legislativo, já aprovados pela Câmara dos Deputados, que dão o aval do Legislativo para acordos internacionais. Dois deles, relatados pelos senadores José Jorge (PFL-PE) e Bernardo Cabral (PFL-AM) referem-se ao apoio brasileiro à missão de observadores militares na região em que houve con-

flito entre o Equador e o Peru.

Outro item da pauta é o requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pela realização de audiência pública para discussão sobre o crescimento da extrema direita no mundo. Em sua proposta, Simon diz estar preocupado com a ascensão, na Áustria, de Joerg Haiden, que se declara admirador de Hitler, e com a ação de grupos neonazistas, que discriminam negros, judeus, homossexuais e nordestinos, em São Paulo.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Mozarildo critica proposta de adoção do parlamentarismo

Senador lembra que a população já rejeitou duas vezes a mudança do sistema de governo

Propor a implantação do parlamentarismo no Brasil, sem incluir a realização de um novo plebiscito, é, na opinião do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), "desmoralizar o regime democrático". Ele lembrou que a tese já foi recusada duas vezes pelos eleitores brasileiros. A primeira, em 1963, e a segunda, 30 anos depois, em 21 de abril de 1993, quando o presidencialismo obteve 55% dos votos apurados.

O senador está preocupado com o andamento da proposta de emenda constitucional, apresentada em 1995 pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que muda o atual regime de governo, adotando o sistema parlamentarista. Ele teme que fatores circunstanciais possam influenciar na decisão sobre o assunto. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e continua tramitando naquela Casa.

Para Mozarildo, não adianta tentar resolver os problemas brasileiros com a mudança do regime de governo. "É o conjunto das instituições brasileiras que está em crise, e não simplesmente o sistema de governo presidencialista", pondera. Para melhorar a situação, ele sugere que sejam encaradas com mais seriedade as



Para Mozarildo, parlamentarismo sem plebiscito pode "desmoralizar o regime democrático" no país

reformas institucionais, como a política. "Assim, seremos capazes de alcançar o objetivo primordial, que é o de modernizar o presidencialismo, algo muito mais importante do que alimentar a discussão sobre os fundamentos do parlamentarismo que se quer implantar no Brasil", recomenda.

Entre as desvantagens do parlamentarismo enumeradas pelo senador, ele destaca o fato de a principal figura política nessa forma de governo, o primeiro-ministro, ser eleita de forma indireta, cabendo ao povo "escolher, pelo voto, um presidente da República que não passará de uma simples figura decorativa", afirma.

Souto quer dar às CPIs o poder de tornar bens indisponíveis

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs), além dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, poderão vir a ter também o poder de determinar a indisponibilidade dos bens de investigados, o mesmo poder cautelar assegurado aos magistrados. É o que prevê proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador



Segundo Paulo Souto, medida é "adequada em circunstâncias excepcionais"

Paulo Souto (PFL-BA) para garantir o devido ressarcimento de prejuízos ao erário provocados por pessoas investigadas por CPIs. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

A PEC modifica o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição, que define os poderes das CPIs criadas isolada ou conjuntamente pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. De acordo com o senador, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem proferido várias interpretações sobre o mesmo artigo,

definindo progressivamente os poderes e os limites à ação das CPIs criadas no Congresso.

O STF, por exemplo, reconheceu o poder de as CPIs determinarem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de pessoas investigadas, desde que apresentem motivo para tal. No entanto, argumenta Paulo Souto na justificativa de sua proposta, ao outorgar poderes de investigação às

CPIs, o STF excluiu deles os poderes acautelatórios próprios dos magistrados, "que se revelaram absolutamente adequados, em circunstâncias excepcionais, para assegurar o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário".

A mudança constitucional foi inspirada na Constituição italiana e, conforme o senador, não representa restrição alguma ao direito de propriedade nem gerará abusos por parte das CPIs, mesmo porque cabe ao Poder Judiciário a apreciação de eventuais casos de ameaça a direitos.

MATÉRIAS EXAMINADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA			
Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000			
Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os Legislativos municipais	Jefferson Péres (PDT-AM)	A matéria foi aprovada, em segundo turno, dia 2/2, e promulgada dia 14/2 Em sessão do Congresso
PEC 67/99 Tramita em conjunto com a PEC 96/99	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aprovado substitutivo na CCJ em 9/2. Constará na sessão de amanhã, para o terceiro dia da discussão
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Edison Lobão (PFL-MA)	Como recebeu emendas na sessão do dia 11/2, a matéria voltou à CCJ para exames
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais	Edison Lobão (PFL-MA)	Aguarda audiência pública proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares
PEC 96/99 Tramita em conjunto com a PEC 67/99	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Parecer aprovado na CCJ do dia 9/2. Constará na sessão de amanhã, para o terceiro dia de discussão
PLS 614/99 (em conjunto com PLSs 292/99 e 386/99)	Proíbe a venda de armas de fogo e munição; regulamenta transporte e porte de armas de fogo	Pedro Piva (PSDB-SF), na CRE; Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ	Relatores na CRE e CCJ já apresentaram substitutivo. Audiência pública realizada em 13/1 na CRE
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aguarda parecer da CCJ para a Emenda de Plenário nº 1
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romero Jucá (PSDB-RR)	Aprovado parecer na reunião da CCJ do dia 10/02. A matéria segue para o Plenário
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; José Jorge (PFL-PE), na CCJ	Em audiência na CCJ por decisão da CE
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovado na sessão do dia 1/2. Seguiu para sanção presidencial
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CAE; relator na CI: Roberto Saturnino (PSB-RJ)	Saturnino apresentou parecer favorável na reunião da CI do dia 11/2. Na mesma reunião os senadores solicitaram vista coletiva
PLC 63/99	Trata do regime de previdência complementar	Francelino Pereira (PFL-MG), na CCJ	Aprovado parecer favorável na CCJ no dia 10/2. A matéria seguirá agora para a CAS. Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou apreciação da matéria na CAE
PLC 1/2000	Dispõe sobre as relações entre União, estados, Distrito Federal e municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	José Fogaça (PMDB-RS), na CCJ; aguarda relator na CAS	Concedida vista ao senador José Eduardo Dutra, em 9/2
PLC 3/2000	Estabelece a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Bernardo Cabral (PFL-AM), na CCJ; aguarda relator na CI	Foi aprovada vista coletiva aos senadores na reunião da CCJ do dia 9/2. Tramita também na CI
PEC 4/2000	Propõe a Desvinculação de Receitas da União (DRU)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Parecer aprovado na reunião da CCJ do dia 9/2. Constará na sessão de amanhã, para o quarto dia de discussão
PLC 37/96	Dispõe sobre a prevenção, o controle, a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional	Osmar Dias (PSDB-PR), na CAS; Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CCJ	Parecer aprovado na CAS em 1998. Audiência pública realizada dia 2/2. Pedido de urgência encaminhado pelo presidente da República, lido em 27/1

OBS.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária incluiu matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias e matérias orçamentárias.